

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**Órgão** Conselho Especial

**Processo N.** MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL 0711702-32.2020.8.07.0000

**IMPETRANTE(S)** GLORIA MARIA CORDEIRO DA SILVA

**IMPETRADO(S)** PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL e  
SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO  
FEDERAL

**Relator** Desembargador WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR

**Acórdão Nº** 1322383

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO INTERNO. CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE AGENTE SOCIAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – SEDES/DF. DECISÃO DO TCDF. CONEXÃO. IMPROCEDÊNCIA DA REDISTRIBUIÇÃO DOS AUTOS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SECRETÁRIA DA SEDES/DF ACOLHIDA. CLÁUSULA DE BARREIRA. PONTUAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA NA PROVA OBJETIVA. ANULAÇÃO DE QUESTÕES. AJUSTE PROPORCIONAL AO SISTEMA DE PONTUAÇÃO. NOTA FRACIONADA. IMPOSSIBILIDADE MATEMÁTICA DE ALCANCE EXATO DA NOTA DE CORTE. ARREDONDAMENTO PARA BAIXO. DECISÃO PROPORCIONAL, RAZOÁVEL E ISONÔMICA DO TCDF. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.

1. Analisa-se conjuntamente o mandado de segurança e o agravo interno interposto contra decisão monocrática que indeferiu o requerimento liminar, pois as questões deduzidas no recurso são repetição da matéria debatida na ação constitucional principal, em atenção ao princípio da economia processual.
2. Conquanto haja identidade de causa de pedir e pedido, se o impetrante é diferente não se justifica a reunião, para julgamento conjunto, dos mandados de segurança impetrados por diversos candidatos do concurso público, uma vez que cada um logrou atingir classificação diversa e, igualmente, pode ser atingido de formas distintas pelo ato impugnado, razão pela qual cada caso deve ser analisado individualmente.
3. De acordo com a jurisprudência, o mero executor da decisão tomada por Tribunal de Contas não detém legitimidade *ad causam* para figurar no polo passivo do mandado de segurança, uma vez que eventual correção do ato impugnado não está no âmbito de seu poder decisório, e, portanto, deve ser excluído do feito.



4. A função fiscalizatória do Tribunal de Contas sobre a admissão de pessoal abarca a prerrogativa de exame da legalidade do edital e demais atos referentes ao concurso público para provimento de cargos efetivos, a fim de conferir maior eficiência ao julgamento sobre a admissão de pessoa e de prevenir possível negativa do registro do ato admissional, se constatadas irregularidades.
5. O Superior Tribunal de Justiça possui precedente de que “*é ilegal a reprovação de candidato que não obtém percentual mínimo de aprovação previsto no regulamento do certame, em razão do número de questões formuladas*” (REsp. 488.004/PI, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJ 25/4/2005).
6. Igual interpretação merece aplicação para o caso de, em decorrência da anulação de questões da prova objetiva do concurso, tenha se tornado matematicamente inatingível o alcance exato da nota de corte mínima para classificação para as novas fases do certame, sendo razoável, proporcional e isonômico o arredondamento para baixo do número de acertos, em vez da criação indevida de exigência superior à prevista no edital do certame.
7. Preliminar de ilegitimidade passiva da Secretária da SEDES/DF acolhida. Segurança denegada. Agravo interno prejudicado. Maioria.

## ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Desembargadores do(a) Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR - Relator, HUMBERTO ULHÔA - 1º Vogal, J. J. COSTA CARVALHO - 2º Vogal, SANDRA DE SANTIS - 3º Vogal, ANA MARIA AMARANTE - 4º Vogal, JAIR SOARES - 5º Vogal, MARIA IVATÔNIA - 6º Vogal, HECTOR VALVERDE SANTANA - 7º Vogal, JESUINO RISSATO - 8º Vogal, JOSAPHÁ FRANCISCO DOS SANTOS - 9º Vogal, ALFEU MACHADO - 10º Vogal, SEBASTIÃO COELHO - 11º Vogal, LEILA ARLANCH - 12º Vogal, FÁTIMA RAFAEL - 13º Vogal, MARIA DE LOURDES ABREU - 14º Vogal, ROBSON TEIXEIRA DE FREITAS - 15º Vogal, MARIO MACHADO - 16º Vogal, CARMELITA BRASIL - 17º Vogal e CRUZ MACEDO - 18º Vogal, sob a Presidência do Senhor Desembargador ROMEU GONZAGA NEIVA, em proferir a seguinte decisão: Julgado prejudicado o agravo interno; preliminar de ilegitimidade passiva da Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal acolhida, por unanimidade, e, no mérito, segurança denegada. Maioria., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 02 de Março de 2021

**Desembargador WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR**  
Relator



Número do documento: 21031111271851700000023223409

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21031111271851700000023223409>

Assinado eletronicamente por: WALDIR LEONCIO CORDEIRO LOPES JUNIOR - 11/03/2021 11:27:18

Num. 23953502 - Pág. 2

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse [www.tc.df.gov.br/autenticidade](http://www.tc.df.gov.br/autenticidade) e informe o e-DOC 5B772334

## RELATÓRIO

Cuida-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado por **GLÓRIA MARIA CORDEIRO DA SILVA**, contra ato atribuído à **Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal** e à **Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal**, consistente na **autorização de arredondamento, para menos, da pontuação mínima de aprovação no certame** disposta na letra “c”, item 6, da **Decisão 850/2020** do Processo 24.463/2019, julgado pela Corte de Contas Distrital, em 1/4/2020.

A impetrante narra que se submeteu ao concurso público previsto no Edital nº 1, de 2/11/2018, para provimento de vagas no **Cargo de Agente Social da Secretaria de Desenvolvimento Social do DF – SEDES/DF**, realizado pelo Instituto Brasil de Educação - IBRAE.

Sustenta que a **prova objetiva** era constituída de **50 questões**, dentre as quais **20 tratavam de conhecimentos gerais e 30 sobre a parte de conhecimentos específicos**. Para classificação, de acordo com o item 11.3 do edital do certame, o candidato não poderia atingir nota inferior a **24 pontos na parte básica e 36 pontos na parte específica**.

Informa que foram **anuladas 6 questões**: 2 da parte básica e 4 da parte específica e que **a impetrante logrou atingir a pontuação de 24,42 na parte geral e 41,58, na específica**, fazendo com que, inicialmente, fosse convocada para as próximas etapas do certame.

Ressalta que, em 15/10/2019, o Ministério Público de Contas do Distrito Federal representou, perante o TCDF, pela alteração do resultado da prova objetiva. Esclarece que, com a anulação das questões, o *parquet* de contas distrital defendeu que a Banca examinadora deveria ter aplicado o **ajuste proporcional** nas questões anuladas, ao invés do **ajuste universal** de atribuição de pontos a todos os candidatos, conforme versado no art. 59 da Lei 4.949/2012 e item 1.1.3 do Edital de Retificação 3/2018.

Afirma que o TCDF, no Processo 24.463/2019, decidiu, por unanimidade, por meio da **Decisão 4.145/2019-TCDF**, que a banca examinadora, de fato, deixou de aplicar o ajuste proporcional após a anulação de questões objetivas, determinando a correção e a divulgação de novo resultado preliminar de aprovados.

Esclareceu que, **diante do ajuste proporcional e da anulação das 2 questões dos conhecimentos gerais**, os pontos destas foram redistribuídos entre as demais questões válidas da prova básica, assim restaram **18 questões válidas, cada uma valendo 2,22 pontos**.

Observando-se as diretrizes proporcionais que alteraram o valor de cada questão inicialmente adotado, a banca organizadora informou que dos 1.783 candidatos com aprovação anunciada, **somente 751 permaneciam classificados no certame**, salientando que esses aprovados acertaram, pelo menos, **11 questões dos conhecimentos básicos, o que equivale a 24,42 pontos**.

Assegura que a impetrante fazia parte da lista nominal preliminar dos 751 aprovados no concurso, com base nos parâmetros acima delineados. Ressalta que a banca organizadora do concurso não divulgou a ordem classificatória dos 751 candidatos, entretanto, afirma que, segundo **apuração extraoficial**, a impetrante ocupava a 422ª posição.



Aponta que a **ilegalidade apontada no presente *mandamus*** se deu posteriormente, pois o TCDF, no bojo do Processo 24.463/2019, proferiu a **Decisão 850/2020**, cujo teor do dispositivo “c”, item 6, **autorizou** a SEDES/DF e a banca examinadora a procederem, de maneira “*ilegal e contraditória*”, o **arredondamento para baixo** do número de acertos necessários da prova objetiva na parte de conhecimentos gerais, ou seja, **poderiam reduzir o ponto de corte de 11 para 10 questões**.

Assim, depois de acrescentarem dentre os classificados os candidatos que acertaram somente **10 questões da parte relativa aos conhecimentos básicos** da prova, a banca publicou o resultado definitivo das provas objetivas, em ordem de classificação, indicando que **a impetrante ocupava a 634ª colocação, eliminando-a do concurso**, haja vista que apenas os 600 primeiros colocados participariam do curso de formação.

Aponta incongruência de ideias e contradições entre a fundamentação do voto proferido pelo Conselheiro relator e o dispositivo, tendo em vista que o Conselheiro **se lastreou na sua opinião pessoal** de que seria recomendável “*beneficiar o maior número de pessoas no certame, pessoas estas que foram eliminadas do certame por não alcançar nota mínima para fazer parte do concurso*”, **em detrimento das regras editalícias expressa e das normas que regem o concurso público**.

Sustenta que a menção pelo TCDF, ao decidido pelo Superior Tribunal de Justiça no RESP 488004/PI é equivocada, pois, diferentemente do certame do Distrito Federal, no concurso público do Estado do Piauí, identificou-se “*erro originário na formulação da prova, de modo que no edital exigia-se o mínimo de 50% de acertos para aprovação de uma prova que continha número ímpar de questões*”, conduzindo à impossibilidade matemática de se obter a pontuação mínima exata, sem fração de pontos.

Argumenta que a **ilegalidade da decisão de arredondamento para baixo também consiste na violação ao item 11.3 do edital do concurso público**, que “*explicita que será eliminado do concurso o candidato com pontuação INFERIOR a 24 pontos*” **na prova objetiva de conhecimentos gerais**, sem indicar que a pontuação mínima exigida era a de exatamente 24 pontos, tampouco a necessidade de arredondamento, pois o ajuste proporcional é o bastante para classificação conforme o edital do concurso. **Destaca que os candidatos que acertaram apenas 10 questões básicas, somaram 22,20 pontos, enquanto os que acertaram 11, como a impetrante, obtiveram 24,42 pontos**.

Aponta ilegalidade na decisão, também, em razão de a alteração ter ocorrido no decorrer do certame, após a realização da sindicância de vida pregressa, investigação social e avaliação psicológica, violando os princípios da boa-fé, da segurança jurídica, da eficiência e da vinculação do instrumento convocatório.

Sustenta que a Corte Distrital de Contas interferiu indevidamente no mérito administrativo relativo aos critérios de correção e avaliação das questões, pré-estabelecidos no edital do certame, sem que houvesse ilegalidade ou inconstitucionalidade a ser sanada, sob o pretexto de garantir uma lista maior de aprovados no concurso, violando o princípio da separação dos poderes.

Destaca, ademais, que o TCDF julgou o item 6, do dispositivo “c”, da **Decisão 850/2020**, de forma além do que foi solicitado pelo MPjTCDF nos autos do processo 24.463/2019-TCDF, prejudicando sobremaneira os candidatos aprovados pelo ajuste proporcional que não precisaram do arredondamento indevido para a aprovação no certame.



Aduz que o ato atacado vilipendia os princípios da segurança jurídica e da boa-fé que devem ser observados pela Administração Pública, pois “o TCDF trouxe surpresas para os candidatos aprovados pelo sistema proporcional que já estava no certame dentro das suas respectivas classificações ajustada pelo sistema de pontuações do edital.”

**Liminarmente**, requereu a suspensão do ato apontado como ilegal ou, subsidiariamente, fosse assegurado, por meio de antecipação dos efeitos da tutela, o direito de a impetrante realizar o curso de formação até que seja apreciado o mérito do *writ*.

**No mérito**, pleiteia “seja [confirmada] a anulação do dispositivo do item 06, da letra C, da decisão 850/2020, bem como o retorno da aplicação tão somente do ajuste proporcional no certame, sem o arredondamento para baixo do número de questões de 11 para 10.” (id 15975940/PDF: 7-47)

**A liminar foi indeferida** (id 16029129/PDF: 333-337).

O **Instituto Brasil de Educação – IBRAE**, banca organizadora do concurso público para provimento de cargos na SEDES/DF, requereu sua admissão nos autos, na condição de *amicus curiae* (id 16062488/PDF: 339-346).

O **IBRAE** informou, ainda, que outros candidatos, representados pela mesma advogada, ajuizaram mandados de segurança individuais com a mesma finalidade do presente e que a banca examinadora procedeu conforme o decidido pelo TCDF, na linha de precedentes jurisprudenciais do STJ e TJDFT, adequando a contagem de pontos, depois da anulação de questões, de forma isonômica para os candidatos e não com a motivação de ampliar a lista de classificados no certame.

Na sequência, a causídica se manifestou a respeito das alegações deduzidas pelo IBRAE (id 16062793/PDF: 367-369).

Por intermédio da petição de id 16164592 (PDF: 370-371), a impetrante reitera pedido formulado no bojo da inicial para que o IBRAE “divulgue a lista de classificação definitiva SEM o arredondamento para baixo do número de questão nos autos”. Sublinha que o pedido não tem como escopo a produção de prova da violação do direito da impetrante, “mas tão somente para confirmar que a posição da impetrante no certame é de 422ª e não 634ª conforme foi divulgado pela Banca examinadora.”

Contra o indeferimento da medida liminar, a impetrante apresentou o **agravo interno** de id 16367490 (PDF: 374-393). Nas razões recursais, reiterou os argumentos da petição inicial do *mandamus*, esclarecendo que o curso de formação estava previsto para ocorrer entre os dias 8 e 22/6/2020, por meio virtual. Destacou, ainda, os argumentos lançados pelo e. Des. Alfeu Machado, ao deferir a medida liminar, para que fosse suspenso o ato impugnado – trecho da decisão 850/2020-TCDF que determinou o arredondamento para baixo das notas – em relação a dois candidatos do certame.

O **Distrito Federal** requereu o seu ingresso no feito como **litisconsorte passivo** e apresentou, de forma conjunta, informações e contrarrazões ao agravo interno (id 16841608/PDF: 430-477).





Suscitou, **preliminarmente**, a reunião de todos os mandados de segurança ajuizados pela mesma causídica, “*envolvendo idêntico pedido e idêntica causa de pedir (‘arredondamento de notas’), além das mesmas partes no polo passivo (Presidente do TCDF e Secretária da SEDES)*”, por **conexão**, para tramitação e julgamento do MS 0711601-92.2020.8.07.0000.

Argui **preliminar** de **ilegitimidade passiva** da **Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal**, sustentando que a autoridade apenas executou a decisão do TCDF, proferida nos autos do Processo 24.463/2019, e não pode ser responsabilizada por eventual ilegalidade ou abuso de poder.

No tocante ao **mérito**, requer a **denegação da segurança**. Sustenta que a decisão do TCDF foi acertada, porquanto a Corte de Cotas possui competência para exercer o controle externo de aferição da legalidade de admissão de pessoal e a decisão foi proferida em conformidade com os princípios da legalidade e da boa-fé objetiva, bem como que a execução do ato de arredondamento das notas se deu de maneira objetiva e isonômica.

Sustenta que a banca examinadora do concurso “*deixou claro o procedimento e os critérios utilizados na aplicação do arredondamento das notas, caracterizando tal ato mérito administrativo, fato que não autoriza o Poder Judiciário a intervir*”.

Aduz que a situação do concurso público para provimento de cargos na SEDES, depois da anulação de questões, assemelhou-se à julgada pelo STJ, no REsp 488004/PI, pois, “*por um motivo ou por outro, tornou-se impossível atingir a pontuação específica exigida pelo edital*”.

A **Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal** prestou as informações de *id* 17118925 (PDF: 562-571), oportunidade em que apontou, **preliminarmente**, sua **ilegitimidade passiva**, “*eis que apenas deu cumprimento à decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal proferida nos autos do Processo nº. 24463/2019*”

No tocante ao **mérito**, sustentou a legalidade dos atos adotados na condução do certamente e que não há prova pré-constituída do direito pleiteado pela impetrante, ao não demonstrar documentalmente o prejuízo na sua classificação, pleiteando a denegação da ordem.

A **Procuradoria-Geral de Justiça** oficiou pelo **acolhimento das preliminares** de **conexão** entre os diversos mandados de segurança impetrados atacando a mesma decisão do TCDF e de **ilegitimidade passiva da Secretária da SEDES-DF**. No mérito, manifesta-se pela **denegação da ordem** (*id* 18049188/PDF: 585-600).

O pedido de admissão do **IBRAE** na qualidade de *amicus curiae* foi **indeferido** (*id* 20503657/PDF: 678-680).

É o relatório.



## VOTOS

### O Senhor Desembargador WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR - Relator

Presentes os pressupostos de admissibilidade, admito o *writ* e o Distrito Federal como litisconsorte passivo, *ex vi* do art. 7º, II, da Lei 12.016/2009.

Conheço do **agravo interno** e do **mandado de segurança** e os aprecio concomitantemente, uma vez que as questões suscitadas no recurso configuram repetição da questão deduzida na ação constitucional principal, em atenção ao princípio da economia processual.

Cuida-se de **mandado de segurança**, com pedido de liminar, impetrado por **Glória Maria Cordeiro da Silva**, contra ato atribuído à **Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal** e à **Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal** e de **agravo interno** interposto contra a decisão de indeferimento da medida liminar.

Em síntese, a impetrante sustenta que participou do concurso público para provimento do cargo de Agente Social da Secretaria de Desenvolvimento Social do DF – SEDES/DF e que, em razão de **o TCDF autorizar o arredondamento para baixo da nota mínima classificatória** – no dispositivo da letra “c”, item 6, da Decisão 850/2020 do Processo 24.463/2019, julgado pela Corte de Contas Distrital, em 1/4/2020 – passou a ocupar posição prejudicial, o que, indevidamente, a impediu de avançar no concurso, pois obstaculizou a sua participação no curso de formação.

### I – CONEXÃO: Do pedido de reunião e redistribuição do MS

Consoante relatado, o **Distrito Federal** e a **Procuradoria-Geral de Justiça** requereram a reunião de todos os mandados de segurança impetrados por candidatos do concurso público para provimento do cargo de Agente Social da SEDES/DF, realizado pelo IBRAE, para julgamento conjunto.

Há a informação de que a controvérsia fático-jurídica ventilada no presente *writ* é idêntica à debatida no bojo de cerca de outras 40 (quarenta) ações constitucionais que foram distribuídas para diversos integrantes deste Conselho Especial, a maioria pela mesma advogada.

De fato, em razão da identidade de elementos, as demandas poderiam ser judicializadas em mandado de segurança único, com os candidatos formando litisconsórcio facultativo. Entretanto, a causídica optou por ajuizar ações individuais, visando facilitar o detalhamento da situação de cada um, e, em razão desta conduta, **não há falar que procedeu de forma irregular**.

Nos termos do art. 55 do Código de Processo Civil, reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir e, no presente caso, conquanto haja identidade entre os dois elementos da ação mencionados, **a reunião dos processos não é necessária ou conveniente**.

**Explico.** A parte que figura no polo ativo dos mandados de segurança é diversa e cada impetrante logrou colocação diferente no concurso, sofrendo as consequências reclassificatórias da decisão do TCDF impugnada de maneira particular, o que demanda apreciação individualizada de cada feito.

A propósito, colaciono os seguintes precedentes deste Conselho Especial a respeito da análise individual de cada demanda, *in verbis*:



*(...) 3 - Conquanto haja identidade da causa de pedir, se os pedidos e as partes são diversos, não se justifica a reunião, para julgamento conjunto, de mandados de segurança impetrados por candidatos diferentes, nem prevenção do desembargador que despachou o primeiro mandado de segurança impetrado. (...)*

(Acórdão 1268802, 07134838920208070000, Relator: Jair Soares, Conselho Especial, data de julgamento: 28/7/2020, publicado no DJE: 10/8/2020; grifo nosso).

*(...) 3. O fato de outro mandado de segurança conter a mesma causa de pedir e os mesmos pedidos não enseja a conexão dos feitos, pois o pleito de cada um dos impetrantes é individual em face da classificação obtida no certame, o que impõe a análise individualizada de cada um deles em relação à suposta preterição. (...)*

(Acórdão 1009717, 20160020207278MSG, Relatora: Simone Lucindo, Conselho Especial, data de julgamento: 4/4/2017, publicado no DJE: 11/4/2017; grifo nosso).

*(...) IV - Não há conexão entre mandados de segurança que versam sobre o mesmo concurso público, uma vez que cada candidato possui classificação distinta e a alegada preterição na nomeação deve ser analisada de forma individualizada, em cada demanda. (...)*

(Acórdão 997020, 20160020207260MSG, Relatora: Vera Andrighi, Conselho Especial, data de julgamento: 14/2/2017, publicado no DJE: 23/2/2017; grifo nosso).

O Superior Tribunal de Justiça, igualmente, já manifestou sobre a **não obrigatoriedade da reunião de processos**, em hipóteses semelhantes às do presente *mandamus*. Vejamos:

*(...) 3. De acordo com a jurisprudência do STJ, é "faculdade conferida ao julgador que reconhece a conexão ou a continência aferir a conveniência do pedido de processamento e julgamento simultâneo das demandas ajuizadas" (AgInt no AREsp n. 868.077/RJ, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/9/2019, DJe 3/10/2019). (...)*

(AgInt no AREsp 1314005/PE, Rel. Ministro Antônio Carlos Ferreira, 4ª Turma, julgado em 4/5/2020, DJe 6/5/2020; grifo nosso).

Destarte, não sendo o caso de acolher o pedido de redistribuição dos autos para julgamento conjunto, passo à análise da preliminar de mérito aventada.

## **II – PRELIMINAR: Ilegitimidade Passiva da Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do DF**

A **Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal**, bem como o **Distrito Federal** e a **Procuradoria de Justiça** suscitaram **preliminar de ilegitimidade passiva da primeira**, ao argumento de que a Secretária de Estado não teve responsabilidade na edição do ato impugnado, porquanto apenas executou decisão do TCDF, proferida nos autos do Processo 24.463/2019.





Trata-se o mandado de segurança de ação constitucional destinada a tutelar direito líquido e certo de pessoa, que seja ameaçado ou lesado **por ato abusivo ou ilegal atribuído à autoridade pública**, nas situações em que não sejam cabíveis *habeas corpus* ou *habeas data*.

Conforme leciona a doutrina e a jurisprudência, **é apontado como coator aquele que pode corrigir ou evitar o ato apontado como ilegal e/ou abusivo.**

No presente caso, **questiona-se a decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal** que considerou regular o arredondamento para baixo do número de acertos em decorrência da anulação de questões objetivas da prova aplicada pela banca IBRAE para provimento de cargos públicos na SEDES-DF.

A forma de correção determinada pela Corte de Contas interferiu na classificação da impetrante que, em virtude da pontuação obtida e em razão do acréscimo de candidatos classificados em razão do arredondamento, passou a ocupar posição desfavorável, em relação à que possuía anteriormente.

Na hipótese, **o ato impugnado é do TCDF**, que, por unanimidade, no bojo do processo 24.463/2019-TCDF, prolatou a **Decisão 850/2020**, e no seu item 6, “c”, determinou: “*a ciência do titular da SEDES/DF e do IBRAE que o Tribunal considera regular o arredondamento para baixo do número de acertos em decorrência da anulação de questões de determinada prova, nos termos do decidido pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ no RESP 488004/PI (...)*” (id 15976476/PDF: 173-174).

A questão da legitimidade passiva *ad causam*, vale dizer, por se tratar de matéria de ordem pública, deve ser examinada em qualquer oportunidade pelo Judiciário.

Assim, apesar de a impetrante ter indicado a **Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal** no polo passivo do presente *writ*, **a autoridade mencionada foi mera executora do ato impugnado**, assim, eventual correção do ato não está no âmbito de seu poder decisório. Assim, **a sua presença no mandado de segurança deve ser excluída.**

Esta egrégia Corte Especial já se manifestou a respeito, vejamos:

*(...) 1 - O Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e esta Corte de Justiça possuem orientação consolidada no sentido de que, diante do caráter vinculante e impositivo de decisão proferida pelo Tribunal de Contas, o pólo passivo da ação mandamental deve ser ocupado pela autoridade que presidiu o ato produzido no âmbito daquela Corte de Contas, e não seu mero executor. Precedentes.*

**2 - Preliminar de ilegitimidade passiva acolhida. Processo extinto sem resolução de mérito.**

(Acórdão 540247, 20110020074547MSG, Relator: Humberto Adjuto Ulhôa, Conselho Especial, data de julgamento: 6/9/2011, publicado no DJE: 19/10/2011; grifo nosso).

O Superior Tribunal de Justiça, igualmente, posiciona-se em igual sentido:

*(...) 1. É firme nesta Corte o entendimento de que o executor de decisão impositiva oriunda do Tribunal de Contas não é a autoridade legitimada a figurar como impetrada em mandado de segurança que visa atacar o referido ato. Precedentes: AgRg no Ag 1.397.677/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 26/4/2013; REsp 1.325.630/SC, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 22/4/2014. (...)*



(AgRg no AREsp 444.257/MA, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, 1ª Turma, julgado em 23/9/2014, DJe 2/10/2014; grifos nossos).

Destarte, a **Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal deve ser excluída do writ**, pois ilegítima para a causa e, por consequência, o feito deve ser extinto em relação a ela, sem resolução do mérito.

### III – MÉRITO

A questão debatida no presente mandado de segurança se limita a saber se o **TCDF** interferiu indevidamente no mérito administrativo e violou os princípios que regem o concurso público, bem como o da separação dos poderes ao julgar válido o arredondamento para baixo do número de acertos mínimo para aprovação – em decorrência da anulação de questões objetivas do certame – para o provimento do cargo de Técnico em Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF.

Sustenta a impetrante, em resumo, que o TCDF indevidamente extrapolou as suas atribuições, prejudicando os candidatos que não necessitavam da redução da nota de corte para serem classificados no concurso, como é o seu caso, que passou a ocupar posição desfavorável na lista de aprovados.

De acordo com a redação do art. 78, III, da LODF, cuja disposição guarda simetria com a norma constitucional (art. 71, III, da CF/88), compete ao TCDF, na função de auxiliar a Câmara Legislativa Distrital no exercício do controle externo, “*apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público (...)*” (grifo nosso).

Assim, **a Corte de Contas possui a prerrogativa de examinar a legalidade do edital, bem como dos demais procedimentos e atos internos e externos relacionados ao concurso público para provimento de cargos no âmbito distrital**, notadamente para aprimorar as ações de fiscalização e de análise da legalidade das admissões de pessoa.

Mencionada atuação fiscalizatória do Tribunal de Contas confere eficiência ao julgamento sobre a admissão de pessoal, uma vez que previne posterior negativa do registro do ato admissional, se constatado vício insanável, ou outras irregularidades, sendo este exatamente o caso dos autos.

O Edital 1-SEDESTMIDH de publicação do concurso é datado de 27/11/2018 (*id* 15975953/PDF: 61-75).

De início, após representação do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, o TCDF determinou que o **item 14.8 do edital** do certame fosse alterado a fim de que, em consonância com o art. 59 da Lei Distrital 4.949/2012, fosse aplicado o **ajuste proporcional** ao sistema de pontuação estabelecido no edital do concurso, em relação às questões objetivas anuladas, ao invés do **ajuste universal** inicialmente previsto (*id* 15975955/PDF: 76)[1].

Apesar de a publicação da mencionada retificação do edital normativo do concurso público ser anterior ao período de abertura de inscrições, realizada a prova, questões foram anuladas e a banca examinadora divulgou o resultado preliminar da prova objetiva de acordo com o ajuste universal de pontuação, ou seja, atribuiu os pontos relativos às questões anuladas a todos os candidatos, indistintamente, em contrariedade à regra editalícia e à lei distrital.

Dada a irregularidade persistente, o MPjTCDF apresentou a Representação 11/2019, “*acerca de possível irregularidade na condução do concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Técnico em Assistência Social da carreira pública de Assistência Social do Distrito Federal, na especialidade Agente Social, da então Secretaria de Estado do Trabalho,*



*Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH.” (id 15976471, p. 1/PDF: 100).*

O TCDF proferiu a **Decisão 4.145/2019** (id 15976471, p. 2-3/PDF: 101-102), no processo 24.463/2019, julgando procedente a nova representação do MPjTCDF e, por conseguinte, reconheceu o descumprimento da lei e do edital retificado pela SEDES-DF e pelo IBRAE. A Corte, à vista disso, determinou que procedessem à divulgação de novo resultado preliminar da prova objetiva do concurso público de acordo com o ajuste proporcional de pontuação, em razão da anulação de questões.

Também em decorrência da Representação 11/2019 do MPjTCDF, no processo 24.463/2019, o TCDF, ao analisar os pedidos de reexame contra a decisão 4.145/2019, prolatou a **Decisão 850/2020, cujo item 6, “c”, é impugnado no presente mandamus**, qual seja, o que determina: “*a ciência do titular da SEDES/DF e do IBRAE que o Tribunal considera regular o arredondamento para baixo do número de acertos em decorrência da anulação de questões de determinada prova, nos termos do decidido pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ no RESP 488004/PI*”. (id 15976476/PDF: 173-174; grifo nosso).

Interpostos **embargos de declaração** contra a **Decisão 850/2020**, vindicando efeitos infringentes, o TCDF, por unanimidade, negou provimento ao recurso, por meio da **Decisão 1.127/2020** (id 16844323/PDF: 545), em cujo voto condutor do *decisum*, da lavra do Conselheiro-Relator Paulo Tadeu, constam os seguintes esclarecimentos a respeito do arredondamento para baixo da nota de corte. Vejamos:

*(...) Quanto aos pontos contraditórios e obscuros levantados na peça recursal, os quais teriam levado à incorreção a decisão guerreada, embora, prima facie, pareçam com razão os recorrentes, eles também não de ser afastados. Explica-se.*

*Embora o entendimento do STJ realmente não servisse para prover o pedido de reexame então interposto contra a Decisão nº 4145/19 (e por isso foi afastado por este Relator), uma vez que os recorrentes almejavam a distribuição dos pontos das questões anuladas a todos os candidatos, em vez de distribuí-los entre as demais questões válidas, tal entendimento poderia ser aplicado para flexibilizar outro ponto do edital do certame.*

*Assim, o aparente descompasso existente na descrição dos fatos (parte dos fundamentos do Voto) por esse Relator e a parte dispositiva do Voto, motivado por discussões levadas a efeito no Plenário, quando acolhi proposta do Conselheiro Renato Rainha, não prejudica o que fora decidido. Longe disso, facilita a adoção de providências pelo IBRAE e pela SEDES/DF.*

*É verdade que, na descrição dos fatos do Voto anterior, este Relator era favorável à hipótese de que o IBRAE e a SEDES/DF avaliassem, excepcionalmente, a possibilidade de arredondamento para baixo, em decorrência da anulação de questões em determinada prova, do número de questões certas necessárias para a não reprovação dos candidatos, pois já antevia possível dificuldade no enfrentamento do item 11.3 do edital do concurso público. O resultado das providências adotadas pelo IBRAE e pela SEDES/DF seria, naturalmente, objeto de análise desta Corte em outro momento.*

*Mais tarde, todavia, após a discussão do processo em Plenário, convenci-me, juntamente com os demais conselheiros, de que a posição do Conselheiro Renato Rainha merecia ser acolhida, porquanto facilitaria a adoção de providências pelo IBRAE e pela SEDES/DF e teria o respaldo do STJ.*

*Como visto, não houve uma contraposição de argumentos, mas apenas um aperfeiçoamento da proposta que seria apresentada originariamente.*

*Quanto às consequências desse entendimento (“acaba por influenciar no número de aprovados do certame, assim como na classificação final dos candidatos, ocasionando prejuízo – inclusive com a eliminação, pela cláusula de barreira, de 209 deles -aos candidatos que seriam aprovados sem a*



*necessidade do referido arredondamento”), outro ponto levantado pelos recorrentes, faz-se necessário relembrar aqui o que dispõe o art. 20 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, in verbis:*

*Art. 20. Nas esferas administrativas, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.*

*Pois bem.*

*Se for verdade o que afirmam os recorrentes, não menos certo é que **a não flexibilização do item 11.3 do edital que tornou pública a realização de concurso público** para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no Cargo de Técnico em Assistência Social da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal, nas Especialidades Agente Social e Cuidador Social **exigirá dos candidatos o mínimo de 24,42 pontos (e não 24, como previa o edital).***

*Assim, abrem-se duas hipóteses que se entrecrocam: **abaixar o limite mínimo de pontuação mínima na prova básica para permanência no certame de 24 para 22,22 pontos ou exigir no mínimo 24,42 pontos para tal permanência.***

*Repare-se que, **em qualquer uma das hipóteses, o item 11.3 do edital do certame não estaria sendo literal e devidamente respeitado. Assim, optou-se por prestigiar a primeira hipótese, o que redundaria em um maior número de aprovados em todos os certames, já que a SEDES/DF alegou grande carência em todos os cargos.***

*Em mais: a quantidade de candidatos que se sentiriam prejudicados no caso de escolha pela segunda hipótese certamente seria maior.*

*Portanto, esse inconformismo também não há razão de ser.*

*O argumento segundo o qual o caso analisado pelo STJ não deveria servir de paradigma para a decisão deste feito, uma vez que lá havia exigência de pontuação mínima de 50% de acertos em determinada prova para aprovação no certame, ao passo que aqui apenas restou afirmado que o não atingimento de 24 pontos (no caso da prova básica) ou de 36 (no caso da prova específica) levaria à eliminação dos candidatos, não merece melhor sorte, isto é, há de ser afastado.*

***Afinal, na essência, qual é a diferença entre os casos?***

***Nenhum, quero crer.** No primeiro, fala-se em percentual; no segundo, em pontos. **Em um ou em outro, contudo, o raciocínio há de ser o mesmo: a redução da exigência de acertos para a não eliminação do certame em decorrência da impossibilidade de se atingir o mínimo previsto em cada um dos editais.***

*Na sequência, cabe destacar que a decisão deste Tribunal em nada infirma o entendimento pacífico no Poder Judiciário de que “critérios avaliativos não podem ser modificados após a publicação do edital”, sob pena de afronta aos princípios da “legalidade, previsibilidade, vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica que pautam o concurso público”.*

*Inicialmente, neste ponto, relembro a manifestação do Corpo Técnico desta Casa, quando da análise do recurso interposto contra a Decisão nº 4145/19: “Insista-se. O Tribunal de Contas do DF não teve qualquer ingerência na formulação do critério de correção das provas. Apenas, em instante pretérito, determinou a correção de item editalício a fim de conformá-lo com a legislação aplicável a este caso concreto.”*

*Por certo, conforme já havia concluído o Nurec, não houve nenhuma modificação nos critérios de avaliação das provas. Com efeito, **houve apenas, como realçado linhas atrás, a flexibilização de um***





*item do edital, pela impossibilidade de cumprir sua prescrição da forma como se apresentava inicialmente. Relembrando: ou se permitia a aprovação com uma pontuação ou pouco menor (22,22 pontos, no caso analisado) ou se exigia maior nota para a não eliminação dos candidatos (24,42 pontos).*

*Dessa forma, diante da teoria da reserva do possível é que a Corte entendeu por regular, assim como o fez o STJ alhures, o multicitado arredondamento apenas para a não eliminação de candidatos, sem que, com isso, restassem feridos os princípios avocados pelos recorrentes. (...) (id 16844324, p. 7-10/PDF: 552-555; grifo no original e nosso).*

De fato, o critério de classificação previsto no item 11.3 do edital do certame, nos seus estritos termos, passou a ser insuficiente para sanar a impossibilidade matemática de cumprimento literal da disposição editalícia (pontuação mínima nas provas objetivas de 24 pontos para os conhecimentos gerais e de 36, para os específicos), tendo em vista que a anulação de questões objetivas nas duas áreas do conhecimento impediu a possibilidade de se alcançar, exatamente, a mencionada pontuação.

Assim sendo, **agiu com acerto o Tribunal de Contas do Distrito Federal** que, no exercício da sua função de fiscalizar as admissões de pessoal de forma preventiva e adequada, “*considerou regular o arredondamento para baixo do número de acertos em decorrência da anulação de questões de determinada prova, nos termos do decidido pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ no RESP 488004/PI*”. (grifo nosso)

A propósito, vejamos a ementa do julgado do Superior Tribunal de Justiça:

**ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. AUDITOR FISCAL DO TESOIRO NACIONAL. CURSO DE FORMAÇÃO. PROVA OBJETIVA. PERCENTUAL MÍNIMO EXIGIDO NO REGULAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.**

**1. Conforme precedente desta Corte, é ilegal a reprovação de candidato que não obtém percentual mínimo de aprovação previsto no regulamento do certame, em razão do número de questões formuladas.**

**2. Recurso conhecido e provido.**

(REsp 488.004/PI, Rel. Ministro Paulo Gallotti, 6ª Turma, julgado em 22/3/2005, DJ 25/4/2005; grifo nosso).

A impetrante faz distinção entre a situação narrada no presente mandado de segurança e a decidida pelo STJ, sustentando que o arredondamento para menos da nota de corte só seria admitido nas hipóteses em que a inviabilidade fática de se obter a pontuação mínima exata fosse inicial, ou seja, quando a quantidade de questões elaboradas no certame fosse a responsável pela inexatidão matemática e não em razão da anulação de questões objetivas.

Entretanto, apesar do esmero argumentativo, **reputo não ser o caso de proceder o *distinguishing* defendido pela impetrante**, pois, de todo modo, seja por aplicação das questões formuladas inicialmente, seja em decorrência do rearranjo da pontuação das questões que permaneceram válidas (após a exclusão das assertivas anuladas), **não se pode reputar legal a reprovação de candidato por não alcançar percentual mínimo previsto no edital, mas que seja ou tenha se tornado matematicamente inatingível.**





No caso concreto, de acordo com o item 6.5 do edital, a prova objetiva tinha o valor total de 100 pontos e era composta de 50 questões, cada uma no valor de 2 pontos. Dentre as questões, 20 eram relativas a conhecimentos gerais, enquanto as outras 30 versavam sobre a área de conhecimentos específicos.

Como critério de classificação, o item 11.3 do edital dispôs que “*será reprovado na prova objetiva e eliminado do concurso público o candidato que: a) obtiver pontuação inferior a 24,00 (vinte e quatro) pontos na prova objetiva de conhecimentos gerais; b) obtiver pontuação inferior a 36,00 (trinta e seis) pontos na prova objetiva de conhecimentos específicos*”, ou seja, **originariamente**, era necessário o acerto de, pelo menos, **12 questões de conhecimentos gerais** e 18 de conhecimentos específicos para classificação no certame.

Ocorre que, conforme reiteradamente argumentado, **foram anuladas 6 questões do concurso público**: 2 de conhecimentos básicos e 4 de conhecimentos específicos e o edital não estipulou forma alternativa de computar os acertos ou de arredondamento das notas, na ocorrência de tal situação.

Assim, em razão da aplicação do ajuste proporcional ao sistema de pontuação previsto no edital do concurso público, para o caso de anulação de questões objetivas, a prova objetiva continuou com o valor de 100 pontos e as questões que permaneceram válidas passaram a contar com peso proporcionalmente superior.

Melhor explicando, para somar os 40 pontos da parte de conhecimentos gerais, as 18 questões remanescentes passaram a valer 2,22 pontos, cada; já para totalizar os 60 pontos relativos aos conhecimentos específicos da prova, as 26 questões que permaneceram válidas passaram a valer 2,31 pontos, cada.

O valor fracionário atribuído a cada questão do concurso impossibilitou matematicamente o alcance exato da cláusula de barreira do item 11.3 do edital (pontuação mínima de 24 e de 36, para conhecimentos geral e específico, respectivamente), **razão pela qual é inevitável que se proceda ao arredondamento da nota de corte inicialmente exigida**, para mais ou para menos.

Destarte, exigir que o candidato acerte, pelo menos, **11 questões de conhecimentos básicos (totalizando 24,42 pontos) e 16 questões de conhecimentos específicos (no total de 36,96 pontos)**, tal qual pretendido pela impetrante, **importaria em obrigação superior à exigida pelo edital**, por compelir o candidato alcançar quantidade de acertos acima da prevista inicialmente, com o que não se pode assentir.

**Ante a impossibilidade fática de cumprimento exato da previsão editalícia, reputa-se razoável e proporcional o arredondamento para baixo da pontuação mínima classificatória**, na esteira do decidido pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, para manter a lisura do concurso público e para que não se imponha indevida exigência superior à prevista no edital do certame.

Deve-se ressaltar, por oportuno, que por mais que a decisão prejudique a situação individual da impetrante e de outros candidatos que não necessitavam do arredondamento para baixo da nota para serem classificados, mas cuja pontuação final ou não lhe classifica para o curso de formação ou o coloca em posição distante, **não há ilegalidade na solução adotada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal**.

A Corte de Contas decidiu da forma que melhor soluciona a **questão lacunosa surgida durante o certame**, pois, ao definir ser aplicável o arredondamento para baixo, em vez da aproximação para nota de corte superior à prevista no edital, agiu de forma isonômica e impessoal. Ao não impor o cumprimento de exigências maiores que as previstas no edital, o TCDF, como devia ser, aplicou interpretação favorável aos candidatos, indistintamente.

A propósito, assim se encontra fundamentado o parecer da douta Procuradoria-Geral de Justiça, *ipsis litteris* (id 18049188/PDF: 585-600):



*Desse modo, para que os candidatos obtivessem a pontuação mínima exigida no edital de 24 e 36 pontos, seria necessário o acerto de 10,8 questões na parte de conhecimentos gerais e 15,6 questões na parte de conhecimento específico, o que seria impossível.*

*Ou seja, diante da impossibilidade de obtenção da exata pontuação mínima estabelecida, em razão de valor fracionado, estaria se impondo ao candidato um montante de acerto superior ao previsto no edital do certame.*

*Por tal motivo, o TCDF, acertadamente, considerou regular o arredondamento para o número abaixo mais próximo ao exigido no edital do concurso.*

(...)

*Desta feita, diante de tal problemática, **mostra-se razoável a aplicação de entendimento do Superior Tribunal de Justiça**, em que a Corte Superior analisou casos análogos, aos quais se recorreu aos **princípios da razoabilidade e da proporcionalidade**, procedendo-se ao arredondamento para baixo da pontuação definida em editais de concursos, em razão do valor fracionado das questões.*

*Em voto do Exmo. Ministro Relator Napoleão Nunes Maia Filho, no REsp 1392816/PE, ressaltou-se que **a solução do dissídio não encontra equacionamento na positividade do Edital, daí ser inevitável que o juízo se abastone nos princípios gerais do Direito, especialmente nos valores da isonomia, da razoabilidade e da proporcionalidade entre as coisas, porquanto a razão positiva não o socorre na elaboração de sua justa decisão.** (...)*

*Observa-se, por fim, que a decisão ora impugnada não determinou a eliminação da impetrante do concurso, tendo apenas culminado em sua reclassificação, de modo que ela não prosseguiu nas demais fases do certame.*

*Desse modo, demonstrado que o ato impugnado foi proferido sem a ilegalidade apontada, a negação da segurança revela-se medida de rigor. (grifo nosso)*

Tenho por inteiramente procedentes os fundamentos em que se apoia o parecer colacionado, rogando vênha a suas il. Subscritoras, para adotá-lo como razões de decidir.

Acresço que, apesar de o precedente jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça mencionado pela Corte de Contas do DF (REsp 488.004/PI) **não ser vinculativo**, ele serve de parâmetro razoável e adequado para a solução do *mandamus*, além de não ser julgado isolado do STJ, vejamos:

**AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. EXIGÊNCIA DE LIMITE MÍNIMO DE 50% DE ACERTOS POR MATÉRIA EXAMINADA. IMPOSSIBILIDADE MATEMÁTICA DE OBTENÇÃO DESSE ESCORE, DIANTE DO NÚMERO ÍMPAR DE QUESTÕES FORMULADAS: 15 QUESITOS. ANÁLISE SOB A ÓTICA DA RAZOABILIDADE E DA INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CANDIDATO, EM PROTEÇÃO DO PRECEITO DA BOA-FÉ OBJETIVA. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR PROVIDO PARA RESTABELECE A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU.**

**1. Este recurso deve ser analisado sob a ótica do princípio da razoabilidade e da diretriz que apregoa a maior favorabilidade à parte inferiorizada na relação processual, que norteiam a compreensão jurídica contemporânea, inspirada na maior proteção dos direitos da personalidade.**



2. Neste caso, o Edital do certame previa o escore de 50% de acertos em cada matéria examinada, necessários para a aprovação em cada uma das disciplinas, estabelecendo que: Será eliminado do concurso o candidato que não obtiver **pelo menos** 50% (cinquenta por cento) de acertos em cada disciplina da prova objetiva ou 50% (cinquenta por cento) em cada questão da prova discursiva (Item 9.3).

3. No caso em comento, a prova de Raciocínio Lógico continha 15 questões, formulação que foi estabelecida pela própria Administração Pública, vindo daí a controvérsia acerca da exigência do percentual de 50% de acertos necessários para a aprovação, já que não se pode cogitar de nota fracionada (7,5), uma vez que cada um dos seus quesitos valia 1 ponto (1,0) infracionável.

4. Inicialmente, entendeu-se que, segundo a estrita observância do Edital, o candidato estaria reprovado, porquanto não alcançou a pontuação 7,5, mas apenas a pontuação 7, na disciplina de Raciocínio Lógico.

5. Entretanto, **diante das esclarecedoras razões trazidas no Agravo Interno, é possível concluir que o candidato, ora agravante, foi eliminado do certame por não ter atingido 8 acertos, na prova de Raciocínio Lógico, que continha 15 questões.** Esta situação, no entanto, geraria uma **consequência desequilibradora contra ele e a favor da Administração**, porquanto a exigência de 8 acertos elevaria o seu escore de aprovação para 53,33%, muito mais do que 50%, contrariando frontalmente o próprio edital no item 9.3, que estabelecia a exigência de (50%) de acerto das questões.

6. Assim, **diante da impossibilidade de obtenção do percentual mínimo exigido no Edital, pois seria necessário que o candidato acertasse 7,5 questões, não se pode adotar entendimento que lhe seja desfavorável, arredondando o número de acertos para cima, já que inexistente tal previsão no edital.**

7. Como se observa, **aqui não se há de falar em violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, mas sim na utilização dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para fazer efetivação à garantia do ora agravante à participação na próxima etapa do concurso.** Conheço, reverencio e sigo a orientação deste STJ e da doutrina jusadministrativista que apregoam, até com palavras altissonantes, a prevalência das regras editalícias, sendo usual que alguns juristas excelsos rememorem o conceito que o Professor Hely Lopes Meirelles expressava sobre os termos do Edital no concurso, dizendo ser ele (o Edital) a lei interna do certame.

8. No entanto, neste caso, cabe destacar que não se questiona a subjetividade dos critérios fixados no Edital para o concurso, o que, sem dúvida, refere-se ao mérito administrativo, que somente cairia sobre a sindicabilidade judicial se configurasse excesso, abuso ou teratologia, mas este não é o caso. Esta questão se resolve, com simplicidade, apenas interpretando a regra editalícia em desfavor de quem a formulou, no caso, a Administração Pública, pois foi dela a iniciativa e a decisão de estabelecer a prova de Raciocínio Lógico com número ímpar de quesitos.

9. Dessa forma, em caso assim, vê-se, claramente, **que a solução do dissídio não encontra equacionamento na positividade do Edital, daí ser inevitável que o juízo se abastone nos princípios gerais do Direito, especialmente nos valores da isonomia, da razoabilidade e da proporcionalidade entre as coisas, porquanto a razão positiva não o socorre na elaboração de sua justa decisão.**

10. Frente a tais considerações, pode-se concluir que impactou o princípio da razoabilidade o procedimento adotado pela Administração Pública, em exigir do candidato percentual de acertos superior ao mínimo previsto pelo edital, ou seja, 53,33%, superior a 50%.

**Precedente que abona esta tese: Conforme precedente desta Corte, é ilegal a reprovação de candidato que não obtém percentual mínimo de aprovação previsto no regulamento do certame, em razão do número de questões formuladas** (REsp. 488.004/PI, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJ 25.4.2005).

11. Pelo exposto, dá-se provimento ao Agravo Interno do particular, restabelecendo-se a sentença de primeiro grau.



(AgInt no REsp 1392816/PE, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, 1ª Turma, julgado em 15/8/2017, DJe 15/09/2017; grifo nosso).

Este Tribunal de Justiça já enfrentou o tema e manteve o arredondamento para baixo da pontuação fracionária inalcançável de forma exata no concurso público, destaque:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. REQUISITOS. CONCURSO PÚBLICO. VINCULAÇÃO EDITAL. NOTA FRACIONADA. RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA. ELIMINAÇÃO CANDIDATO. PERICULUM IN MORA INVERSO. DECISÃO CONFIRMADA.**

*1. A concessão de tutela provisória de urgência de natureza satisfativa ou cautelar reclama a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo - Art. 300 do CPC.*

*2. Em observância ao Princípio da Vinculação ao Edital, resulta evidente que embora disponha o edital que rege o certame que será eliminado o candidato que "... obtiver aproveitamento inferior a 55% (cinquenta e cinco por cento) do total da pontuação da prova objetiva de Conhecimentos Específicos" (item 8.1.2), referido percentual corresponderia a dezesseis pontos e meio do total de trinta daquela prova, o que seria inalcançável em razão da atribuição de um único ponto para cada questão.*

*3. A obtenção de dezesseis pontos na referida prova pelo candidato não enseja, de imediato, a sua eliminação do certame, uma vez que padece de razoabilidade a disposição editalícia de alcance mínimo do percentual correspondente a 16,5 (dezesseis e meio) pontos.*

*4. A permanência da exclusão do candidato do certame público resultaria na falta de sua participação no processo seletivo, o que configura o periculum in mora inverso.*

*5. A presença dos requisitos autorizadores à concessão da tutela de urgência impõe a confirmação da Decisão agravada.*

*6. Recurso desprovido.*

(Acórdão 1138813, 07106861420188070000, Relator: Getúlio De Moraes Oliveira, 7ª Turma Cível, data de julgamento: 14/11/2018, publicado no DJE: 4/12/2018; grifo nosso).

Portanto, inexistente direito líquido e certo ao afastamento do arredondamento para baixo da pontuação mínima exigida para aprovação na prova objetiva do certame.

**Ante o exposto:**

a) **Excluo a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal**, pois ilegítima para a causa e, por consequência, **extingo** o processo em relação a ela, sem resolução do mérito (CPC, art. 485, VI);

b) **DENEGO a segurança**; e



c) Julgo prejudicado o agravo interno.

É como voto.

---

[1] Edital 3, de 18/12/2018 – Retificações (...): 1.1.3. No subitem 14.8, onde se lê: Se, do exame dos recursos, resultar anulação de questões das provas objetiva e de verificação de aprendizagem (PVA), serão atribuídos os respectivos pontos a todos os candidatos, independentemente de o candidato ter recorrido. Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, por força de impugnações, a prova será corrigida de acordo com o gabarito oficial definitivo; leia-se: **Se, do exame dos recursos, resultar anulação de questões das provas objetiva e de verificação de aprendizagem, será realizado o ajuste proporcional ao sistema de pontuação previsto no edital do concurso público. Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, por força de impugnações, a prova será corrigida de acordo com o gabarito oficial definitivo.** (grifo nosso)

**O Senhor Desembargador HUMBERTO ULHÔA - 1º Vogal**

Com o relator

**O Senhor Desembargador J. J. COSTA CARVALHO - 2º Vogal**

Eminente Presidente, rogando as mais elevadas vênias ao eminente Relator, na hipótese em julgamento, coerente com posição assumida em julgamentos anteriores e subscrevendo, com a devida licença, os fundamentos e a conclusão contidos no douto voto proferido pelo não menos eminente Desembargador Jair Soares, Vogal, concedo a segurança, acompanhando integralmente S. Exa.

É como voto.

**A Senhora Desembargadora SANDRA DE SANTIS - 3º Vogal**

Com o relator

**A Senhora Desembargadora ANA MARIA AMARANTE - 4º Vogal**

Com o relator

**O Senhor Desembargador JAIR SOARES - 5º Vogal**

A impetrante, candidata ao cargo de técnico em assistência social, especialidade agente social, da carreira pública de assistência social do Distrito Federal, pretende anular ato do TCDF que determinou o arredondamento para baixo da pontuação mínima exigida para a não reprovação na prova objetiva do certame – “nota de corte”.

Afirma que, após a anulação de duas questões de conhecimentos básicos e quatro questões de conhecimentos específicos da prova objetiva do concurso e feito o ajuste proporcional das notas dos candidatos, o TCDF, na Decisão n. 850/2020, determinou fosse arredondada para baixo a pontuação mínima necessária para a não reprovação dos candidatos, reduzindo a “nota de corte”, possibilitando que candidatos que não alcançaram o mínimo exigido no edital fossem classificados.

O edital n. 1/2018, publicado em 27.11.18, trazia no item 14.8 o ajuste universal de pontos em caso de questões anuladas – a pontuação das questões anuladas seria dada a todos os candidatos (ID 15975953, p. 11).





Tal previsão foi retificada menos de um mês depois, no edital n. 3/2018, de 18.12.18, a fim de se adequar à regra contida no art. 59 da L. Distrital 4.949/12, que determina o ajuste proporcional ao sistema de pontuação no caso de questão anulada (ID 15975955 – p. 1).

A modificação do edital do concurso é possível, desde que feita dentro de prazo razoável, antes de realizadas as etapas eliminatórias e classificatórias, e desde que as mudanças sejam levadas ao conhecimento de todos candidatos, de forma que todos a elas se submetam.

De acordo com o cronograma do concurso, houve a previsão de prazo para impugnar o edital (ID 15975955).

Quando realizadas as provas objetivas – em março de 2019 –, o ajuste proporcional do sistema de pontuação em caso de questões anuladas constava no edital do certame, publicado em 18.12.18.

Anuladas questões da prova objetiva do concurso, o responsável pelo certame – IBRAE – divulgou resultado preliminar das provas objetivas, em que se fez – de forma equivocada - o ajuste universal das notas (edital n. 8/2018 – ID 15976465).

Em decorrência, o resultado foi objeto de representação do Ministério Público ao TCDF, que, então, determinou fossem retificadas as notas, para que se observasse o item 14.8 do edital – na redação modificada –, procedendo-se o ajuste proporcional da pontuação das questões.

O resultado definitivo da prova objetiva foi retificado em maio de 2020 (edital n. 22/2018 – ID 15976504).

Inconformados, vários candidatos apresentaram pedidos de reexame, e o Ministério Público, fez nova representação, que levou à Decisão n. 850/2020 (proc. n. 24463/2019-e), que determinou fosse arredondada para baixo a pontuação mínima necessária, de forma que não fossem reprovados candidatos na prova objetiva.

Na referida decisão, impugnada no presente mandado de segurança, decidiu o TCDF “autorizar a ciência do Titular da SEDES/DF e do IBRAE que o Tribunal considera regular o arredondamento para baixo do número de acertos em decorrência da anulação de questões de determinada prova, nos termos do decidido pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ no RESP 488004/PI” (ID 15976476 – p. 2).

Antes de examinar o mérito da decisão do TCDF, importa dizer que o “ajuste proporcional” de notas e “arredondamento para baixo” da pontuação mínima exigida ou “nota de corte”, são situações distintas, que não se confundem.

O ajuste proporcional do sistema de pontuação decorre da anulação de questões. As questões anuladas são excluídas e a pontuação dessas é redistribuída entre as questões remanescentes, que passam, assim, a ter maior valor. O ajuste é feito na nota de cada candidato. As questões que ele acertou passam a ter maior valor, e sua nota final será alterada.

Consta previsão no art. 59 da L. Distrital 4.949/12 - “A anulação de questão objetiva implica ajuste proporcional ao sistema de pontuação previsto no edital do concurso público”.

No caso, foi prevista no item 14.8 do edital: “Se, do exame dos recursos, resultar anulação de questões das provas objetiva e de verificação de aprendizagem, será realizado o ajuste proporcional ao sistema de pontuação previsto no edital do concurso público. Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, por força de impugnações, a prova será corrigida de acordo com o gabarito oficial definitivo” (ID 15975955).



O arredondamento para baixo, por sua vez, é a redução da “nota de corte” prevista no edital, em razão da anulação de questões. Não é feita nas notas dos candidatos, mas no edital – reduz-se a nota mínima exigida para a não desclassificação, possibilitando que candidatos que não atingiram o mínimo, mas alcançaram a pontuação “arredondada”, prossigam nas demais etapas do concurso.

O arredondamento para baixo da nota mínima exigida para aprovação decorreu da referida decisão do TCDF n. 850/2020 ao fundamento de que, em virtude da anulação das questões, não seria mais possível aos candidatos alcançarem o mínimo exigido pelo edital.

A nota mínima foi estabelecida no edital, nos itens 11.3 e 11.4:

“Será reprovado na prova objetiva e eliminado do concurso público o candidato que:

- a) obtiver pontuação inferior a 24,00 (vinte e quatro) pontos na prova objetiva de conhecimentos gerais;
- b) obtiver pontuação inferior a 36,00 (trinta e seis) pontos na prova objetiva de conhecimentos específicos.

11.3.1. O candidato eliminado na forma do subitem anterior não terá classificação alguma no concurso público.

11.4. Os candidatos não eliminados na forma do subitem 11.3 deste Edital serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota final na prova objetiva.” (ID 15975953, p. 10).

Para o cargo de agente social, ao qual concorre a impetrante, anuladas duas questões na prova de conhecimentos gerais, o valor de cada questão remanescente passaria de 2 pontos para 2,22 pontos. E na prova de conhecimentos específicos, anuladas quatro questões, para 2,31 pontos.

Assim, segundo o TCDF, o candidato que antes teria que acertar 12 questões para alcançar 24 pontos na prova de conhecimentos gerais, com a anulação, passou a ter que acertar 11 questões, que, com o aumento do valor da questão, equivaleria a 24,42 pontos. Isso porque, no entendimento que fundamentou a decisão, atingir 24 pontos tinha-se tornado impossível, e exigir a pontuação 24,42 seria prejudicial ao candidato -- iria além do mínimo previsto pelo edital.

Entendeu que, como não era de se exigir mais que o edital, não se poderia considerar a nota 24,42, equivalente ao acerto de 11 questões. Logo, a pretexto de primar pela isonomia, razoabilidade e proporcionalidade, deveria ser considerado o acerto de 10 questões, que equivale a 22,20 pontos.

A mesma metodologia foi usada na pontuação da prova de conhecimentos específicos.

Baseado na Decisão n. 850/2020 do TCDF, o IBRAE arredondou as notas para baixo, considerando aprovados para o cargo de agente social os candidatos que obtiveram 22,20 pontos na prova de conhecimentos gerais e 34,65 pontos na prova de conhecimentos específicos.

O edital – repita-se -- estabelecia o mínimo de 24 e 36 pontos, respectivamente.

E o arredondamento para baixo não conta com previsão em lei e nem no edital do concurso.

Não se concebe que o Tribunal de Contas – que não tem função jurisdicional –, a pretexto de fazer controle de legalidade, reduza a pontuação mínima exigida para classificação em concurso, prevista no edital, em nítida afronta ao estipulado no edital do certame, e sem qualquer previsão em lei para tanto.



Em tema de concurso público, o edital, lei do certame, deve ser fielmente observado. Não se pode – no curso do certame, após divulgados os resultados -- alterar o estipulado nesse em benefício de determinados candidatos e em prejuízo a outros.

Não se pode admitir que candidato que não alcançou a nota mínima exigida no edital, por mudança nesse, ocorrida após divulgados os resultados, avance nas demais etapas do concurso. Prejuízo para candidato não aprovado não serve de fundamento para tanto, ainda mais quando se observa que a mudança trouxe prejuízos para os outros candidatos, classificados na forma estipulada no edital antes da mudança feita no curso do certame.

O edital estipulou notas mínimas de 24 e 36, respectivamente, para as provas de conhecimentos gerais e específicos. Não é ilegal, desproporcional nem desarrazoado seguir o que está no edital.

Reduzir a pontuação mínima, sem previsão em lei e no edital, depois de realizadas as provas, que é ilegal, sobretudo se a redução causou prejuízos para outros candidatos, que tinham obtido classificação antes da mudança.

Saliente-se que o REsp. 488.004/PI, julgado em 25.4.2005, pela Sexta Turma do e. STJ, mencionado na Decisão n. 850/2020 do TCDF, trata de situação diversa.

Naquele julgamento, o e. STJ examinou incongruência existente no edital do concurso, que estabeleceu número ímpar de questões e fixou nota de corte em 50% da pontuação da prova. Como se tratava de prova de múltipla escolha, acertando a metade das questões, o candidato teria “nota quebrada”, ficando alguém dos 50% exigidos.

Não se examinou eventual anulação posterior de questões, ajuste proporcional do sistema de pontuação nem arredondamento para baixo. É precedente único, de mais de quinze anos, de situação específica que em nada se assemelha a que ora se examina. Não serve como paradigma para a situação objeto do presente mandado de segurança, que é diversa.

A impetrante fez 24,42 pontos na prova de conhecimentos gerais e 41,58 na de conhecimentos específicos, totalizando 66,00 pontos. Suas notas foram superiores ao mínimo previsto no item 11.3 do edital, que prevê a eliminação dos candidatos que obtiverem pontuação inferior a 24 pontos na prova de conhecimentos gerais e 36 na de conhecimentos específicos (ID 15976500, p. 5).

Retificados os resultados e feito corretamente o ajuste proporcional, a impetrante foi classificada para as próximas etapas, tendo recebido comunicado do IBRAE sobre sua classificação (ID 15976473).

Submetida às avaliações psicológica e de vida pregressa, foi aprovada. O item 11.9 estipulou que poderiam participar do curso de formação os 600 primeiros candidatos classificados após a etapa das avaliações psicológica e de vida pregressa.

Não obstante, com o arredondamento para baixo da nota de corte, sua classificação foi para o 634º lugar, ficando fora dos classificados.

Como bem pontuou o eminente Desembargador Alfeu Gonzaga Machado, no MS 0711854-80.2020.8.07.0000, “acolher o entendimento de aplicação do arredondamento para baixo do número de questões necessário para a aprovação dos candidatos na prova objetiva realizada no certame, contemplando aqueles que tenham acertado somente 10 (dez) questões na prova de conhecimentos gerais e, conseqüentemente, obtido 22,2 (vinte e dois vírgula dois) pontos na referida prova, ou 15 (quinze) questões na prova de conhecimentos específicos, configurando 34,65 (trinta e quatro vírgula sessenta e cinco) nesta, viola patentemente o disposto no edital quanto ao estabelecimento da pontuação mínima a ser feita no certame a fim de lograr aprovação, além de macular os princípios da legalidade, isonomia, confiança legítima, segurança jurídica e boa-fé, que devem nortear o concurso público, ainda que seja louvável a intenção do TCDF no sentido de possibilitar a aprovação de mais candidatos em todos os certames promovidos pela SEDES de modo a facilitar a obtenção dos objetivos daquela Secretaria”.



O edital do concurso não foi observado, o que afronta o princípio da legalidade, com violação a disposição expressa da CF -- art. 37, caput, e inciso II desse artigo.

Ressalte-se que proceder ao ajuste proporcional da pontuação das questões não reflete nem obriga à redução do mínimo exigido – nota de corte –, para classificação no concurso.

Promover o arredondamento para baixo da nota de corte sempre que se faz o ajuste proporcional das notas não só gera insegurança jurídica, como cria a esdrúxula situação de nunca se observar a nota mínima exigida no edital, já que a anulação de questões é situação corriqueira nos concursos públicos.

Não se pode desconsiderar que arredondar para baixo é permitir que aqueles que não atingiram a nota de corte estipulada no edital prossigam no certame, com prejuízos para candidatos que, a exemplo da impetrante, atingiram a nota prevista no edital.

Concedo a segurança e declaro nulo o item IV, “c”, da Decisão n. 850/2020, do TCDF, que considerou regular o arredondamento para baixo da pontuação mínima exigida para a não reprovação na prova objetiva do certame para o cargo de Técnico em Assistência Social da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal, na especialidade Agente Social. Excluo o Secretário de Estado de Desenvolvimento Social do polo passivo. Prejudicado o agravo.

Sem custas.

**A Senhora Desembargadora MARIA IVATÔNIA - 6º Vogal**

Com o relator

**O Senhor Desembargador HECTOR VALVERDE SANTANA - 7º Vogal**

Com o relator

**O Senhor Desembargador JESUINO RISSATO - 8º Vogal**

Com a divergência

**O Senhor Desembargador JOSAPHÁ FRANCISCO DOS SANTOS - 9º Vogal**

Com o relator

**O Senhor Desembargador ALFEU MACHADO - 10º Vogal**

Com o relator

**O Senhor Desembargador SEBASTIÃO COELHO - 11º Vogal**

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do mandado de segurança.

Acompanho o Em. Relator quanto às preliminares suscitadas.

No mérito, peço vênica para, divergindo do Em. Relator, lançar voto nos termos do decidido por ocasião da relatoria do Mandado de Segurança 0711830-52.2020.8.07.0000, *in verbis*:

“(…)

**Da análise dos autos extrai-se que a ordem deve ser concedida.**

De acordo com o art. 1º da Lei nº 12.016/2009, o Mandado de Segurança será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

Em breve síntese dos fatos, a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal realizou concurso para provimento de vagas nos cargos de assistência social, sendo o IBRAE a banca examinadora.



No edital inicial do concurso estava previsto que:

*6.5.1. A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será composta de 50 (cinquenta) questões (20 gerais e 30 específicas), que valerão 2 (dois) pontos cada uma, totalizando 100 (cem) pontos, e avaliarão as habilidades e os conhecimentos do candidato.*

(...)

*11.3. Será reprovado na prova objetiva e eliminado do concurso público o candidato que:*

- a) obtiver pontuação inferior a 24,00 (vinte e quatro) pontos na prova objetiva de conhecimentos gerais;*
- b) obtiver pontuação inferior a 36,00 (trinta e seis) pontos na prova objetiva de conhecimentos específicos. (ID 16002597, p. 5 e 10)*

Antes da realização das provas objetivas foi publicado o edital nº 3 de retificação, que especificou que, havendo questões anuladas, seria realizado o ajuste proporcional ao sistema de pontuação:

*1.1.3. No subitem 14.8, onde se lê: Se, do exame dos recursos, resultar anulação de questões das provas objetiva e de verificação de aprendizagem (PVA), serão atribuídos os respectivos pontos a todos os candidatos, independentemente de o candidato ter recorrido. Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, por força de impugnações, a prova será corrigida de acordo com o gabarito oficial definitivo; leia-se: Se, do exame dos recursos, resultar anulação de questões das provas objetiva e de verificação de aprendizagem, será realizado o ajuste proporcional ao sistema de pontuação previsto no edital do concurso público. Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, por força de impugnações, a prova será corrigida de acordo com o gabarito oficial definitivo. (ID 16002598, p. 1)*

As provas foram realizadas e a banca examinadora anulou 2 questões gerais da prova objetiva da especialidade de Agente Social. A banca examinadora realizou o ajuste universal, atribuindo pontos a todos os candidatos. Assim, o TCDF, por meio da decisão 4145/2019 determinou que a banca examinadora cumprisse a retificação do edital normativo nº 03/2018, bem como o artigo 59 da lei 4.949/2012, aplicando o ajuste proporcional.

Ocorre que, com a anulação de 2 questões da prova geral e aplicação do ajuste proporcional, cada questão passou a valer 2,22 pontos. Diante disso, não era mais possível obter o número inteiro de 24 pontos, sendo que os candidatos deveriam acertar o mínimo de 11 questões, obtendo 24,42 pontos, caso contrário, 10 questões resultariam em apenas 22,2 pontos.

Com isso, o TCDF consignou, através da Decisão 850/2020, objeto desse mandado de segurança que:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:*

(...)

*III – no mérito, negar provimento aos Pedidos de Reexame interpostos (Peças 31, 38, 39) contra os itens II e III da Decisão nº 4145/2019 (Peça 24), restabelecendo os seus efeitos;*





IV - autorizar:

(...)

***c) a ciência do titular da SEDES/DF e do IBRAE que o Tribunal considera regular o arredondamento para baixo do número de acertos em decorrência da anulação de questões de determinada prova, nos termos do decidido pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ no RESP 488004/PI; (g.n.)***

Assim, houve o arredondamento para baixo, exigindo-se apenas 22,2 pontos nas questões objetivas para aprovação para o cargo de agente social.

Contudo, essa alteração foi realizada apenas após a realização das provas, resultando em nítida violação ao princípio da impessoalidade, pois já era possível saber quem eram as pessoas aprovadas e reprovadas e quem retornaria ao concurso com o arredondamento para baixo do número necessário de pontos para aprovação.

Quando os candidatos se submeterem às provas do concurso, sabiam de todos os critérios para aprovação e etapas necessárias, tendo conhecimento de que a pontuação mínima nas questões de conhecimentos gerais era 24 pontos. Além disso, o edital que estabeleceu o ajuste proporcional nos pontos também foi publicado antes das realizações das provas.

Ao se exigir menos dos candidatos, alterando os critérios de aprovação após a realização das provas, houve benefícios aos candidatos que obtiveram menor pontuação, prejudicando alguns candidatos depois de realizada a somatória da pontuação de todas as provas, como no caso dos autos. Portanto, houve violação ao direito da impetrante, uma vez que a modificação do critério gerou preferência de candidatos em desfavor de outros.

O edital do certame vincula não apenas a Administração Pública como todos os candidatos, de modo que não deve o TCDF intervir nos critérios utilizados para a seleção pública, não se podendo cogitar de tratamento diferenciado aos concorrentes, sob pena de violar o princípio da isonomia e impessoalidade.

O arredondamento para baixo caso não fosse possível chegar ao número mínimo exato após anulação de questões não estava previsto no edital ou em lei. Conforme se sabe, o edital é a lei dos concursos públicos e deve ser estritamente observado, sob pena de violação aos princípios da administração pública.

Nesse sentido já se manifestou o STJ:

***ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 2/STJ. CONCURSO PÚBLICO. DIVULGAÇÃO DE GABARITO PRELIMINAR. ATRIBUIÇÃO DE PONTOS A CANDIDATO. SUPERVENIÊNCIA DO GABARITO DEFINITIVO. ALTERAÇÃO DE RESPOSTAS. DIMINUIÇÃO DA PONTUAÇÃO. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO AO GABARITO PRELIMINAR. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO A QUE AS QUESTÕES SEJAM NECESSARIAMENTE ANULADAS. IMPOSSIBILIDADE DE REAVALIAÇÃO JUDICIAL DOS TÍTULOS. RECONHECIMENTO DO DESCUMPRIMENTO DE REGRAMENTO EDITALÍCIO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. DIREITO DE ACESSO AOS MOTIVOS DO ATO ADMINISTRATIVO.***

***1. A parêmia de que o edital é lei do concurso obriga a Administração Pública e o candidato à sua fiel observância, pena de malferimento ao princípio da vinculação ao edital, ao princípio da legalidade e ao princípio da isonomia.***

(...)



(RMS 51.136/MS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 26/08/2016)

Não pode ser utilizado o argumento de que, com o arredondamento para baixo, mais candidatos retornariam ao concurso, uma vez que as provas objetivam justamente selecionar os candidatos mais qualificados para o cargo e que atenderam a todas as disposições do edital.

Ressalte que o REsp 488.004/PI, utilizado como fundamento na decisão do TCDF, trata de situação distinta da analisada nos autos. No recurso especial o STJ analisou incongruência existente no edital do concurso, que estabeleceu número ímpar de questões e fixou nota de corte em 50% da pontuação da prova. Como se tratava de prova de múltipla escolha, acertando a metade das questões, o candidato teria “nota quebrada”, ficando aquém dos 50% exigidos. Portanto, não analisou questões anuladas ou a forma de ajuste do sistema de pontos.

Diante do exposto, verifica-se que houve prejuízo à impetrante, violação aos princípios da vinculação ao edital, da impessoalidade e da legalidade, por inobservância do edital e alteração dos critérios após o início do certame, além de gerar insegurança jurídica.

Desse modo, **CONCEDO A ORDEM** para declarar nulo o item IV, “c”, da Decisão n. 850/2020, do TCDF, que considerou regular o arredondamento para baixo da pontuação mínima exigida para a não reprovação na prova objetiva do certame para o cargo de Técnico em Assistência Social da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal, na especialidade Agente Social.

É o voto.”

Ante o exposto, acompanho o Relator quanto às questões preliminares e processuais e , **no mérito, CONCEDO A ORDEM para declarar nulo o item IV, “c”, da Decisão n. 850/2020, do TCDF, que considerou regular o arredondamento para baixo da pontuação em Assistência Social da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal, na especialidade Agente Social.**

É como voto.

**A Senhora Desembargadora LEILA ARLANCH - 12º Vogal**

Com o relator

**A Senhora Desembargadora FÁTIMA RAFAEL - 13º Vogal**

Com o relator

**A Senhora Desembargadora MARIA DE LOURDES ABREU - 14º Vogal**

Com o relator

**O Senhor Desembargador ROBSON TEIXEIRA DE FREITAS - 15º Vogal**

Com o relator

**O Senhor Desembargador MARIO MACHADO - 16º Vogal**

Com o relator

**A Senhora Desembargadora CARMELITA BRASIL - 17º Vogal**

Com o relator

**O Senhor Desembargador CRUZ MACEDO - 18º Vogal**

Com o relator



**DECISÃO**

Julgado prejudicado o agravo interno; preliminar de ilegitimidade passiva da Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal acolhida, por unanimidade, e, no mérito, segurança denegada. Maioria.

